Eixo temático – Dinâmica Urbana, redes e transporte

Jamylle de Almeida Ferreira

Professora de Geografia/ Mestranda-História Social do Território (UERJ)

A Precarização da pesca artesanal e reprodução do espaço na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)

Resumo

Vivemos a partir do século XXI um processo de modernização industrial com repercussão no aumento de serviços e comércio na RMRJ. A reestruturação produtiva, principalmente para atender ao setor de petróleo e gás em busca do "desenvolvimento" tem gerado impactos ambientais que influenciam diretamente o trabalho e a vida dos pescadores artesanais, num processo tanto acelerado quanto complexo de precarização da atividade, que resulta no surgimento de desigualdades sociais.

Apesar da importância econômica no que tange ao abastecimento do mercado de alimentos via economia familiar, devido à falta de investimentos no setor, a pesca vem perdendo espaço para outras atividades urbanas, o que trás a necessidade de políticas de compensação.

Diante da modernização do espaço, as contradições existentes orientam a favelização das áreas costeiras, processo comum na RMRJ.

Essa pesquisa está em andamento e suas conclusões integrarão a tese de mestrado, onde o objetivo é investigar, via estudo de casos, a importância da produção de espaços tradicionalmente pesqueiros construídos em torno da baía de Guanabara, a existência de habitações precárias, popularmente denominadas, julgadas e desvalorizadas pelo rótulo de favelas, apesar da importância da atividade, tanto no sentido da sua reprodução econômica quanto no sentido da tradicional e cultural.

Palavras - chave: Pesca Artesanal, Favelização, Modernização, Desvalorização, Forma, Função

---

Introdução

Apesar da importância tanto cultural quanto econômica da pesca artesanal, em relação ao abastecimento do mercado de alimentos via economia familiar, a mesma vem perdendo espaço para outras atividades urbanas no contexto da baía de Guanabara- RJ e municípios ao seu redor, que compõem a RMRJ, num intenso processo de precarização, que se reflete na produção do espaço.

A ocorrência da expansão urbana, de forma desordenada, a carência de planejamento e incentivos para a atividade pesqueira e a falta de infra- estrutura de algumas áreas de desembarque e comercialização de pescado na baía de Guanabara, produzem, tanto espaços diferenciados pela sua dinâmica própria, quanto precários, que dão origem um tipo específico de favelização com ocorrência em algumas áreas pesqueiras da RMRJ.

A desvalorização da pesca e a perda de espaço para outras atividades na Baía de Guanabara é uma contradição, no que diz respeito à importância da produção desses espaços tradicionalmente pesqueiros construídos na região.

Por um lado o número de pescadores diminui na proporção em que seus descendentes já não se orgulham nem veem atrativos na atividade e aumenta pelo fato da modernização expulsar cada vez mais empregados de seus postos de trabalho formais e muitos desses ingressarem na pesca. Além disso, em alguns casos a pesca se transforma numa atividade sazonal, pois muitos pescadores buscam empregos temporários em estaleiros e empreendimentos da região. Isso aponta na direção não só da precarização da atividade como também do perigo da sua extinção enquanto atividade artesanal passada de pai para filho e modifica muito sua dinâmica.

A atividade também perde espaço para empreendimentos empresariais, com os quais não pode competir. A expansão urbana continua a gerar problemas ambientais que dificultam e encarecem cada vez mais a atividade com a destruição do ambiente marinho da Baía de Guanabara, da qual os pescadores dependem diretamente.

A falta de políticas públicas voltadas para o setor, de investimento em qualificação e acompanhamento técnico aumentam a precariedade da reprodução, que inclui habitação, trabalho e destruição da cultura local na velocidade ditada pela

modernização. Nesse sentido, o “homem lento e invisível” de SANTOS (1994) se revela na figura do pescador artesanal.

I) A modernização e a produção de espaços desiguais na RMRJ

A ocupação industrial das áreas ao redor da baía de Guanabara, bem como o aumento da densidade populacional associada ao desenvolvimento da RMRJ e aos impactos ambientais, decorrentes dessa ocupação sem planejamento sustentável e fiscalização adequada vem gerando danos aos pescadores artesanais, o que se reflete na precariedade das suas formas de vida.

A poluição influencia nas condições de vida e trabalho dos pescadores, seja ela oriunda de esgoto doméstico, detritos industriais, resíduos sólidos, despejados na própria baía, ou trazidos pelos rios que deságuam na mesma. Um bom exemplo são as poluídas águas do Canal do Cunha, próximo ao Complexo da Maré.

Os recentes investimentos na indústria petroquímica aumentam a área de exclusão de pesca, gerando consequente diminuição dos ganhos.

I.I) A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)

A RMRJ, também conhecida como Grande Rio é a segunda maior do Brasil, ficando atrás apenas da Grande São Paulo e agrega 73,3% da população do Estado do Rio de Janeiro. Nela vivem mais de 13 milhões de pessoas. O termo Grande Rio refere-se à capital, o Rio de Janeiro, e aos municípios em torno da baía de Guanabara que formam uma mancha urbana contínua, uma grande área urbanizada. Estima-se que 2,5 milhões de pessoas vivam em áreas irregulares.

Diferentemente da maioria das metrópoles brasileiras, a metrópole fluminense desde 1990, vem sofrendo um esvaziamento político institucional, com a saída de municípios integrantes de sua composição original.

A RMRJ foi instituída pela Lei Complementar n° 20 de 1° de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e nasce como área de Planejamento de ação Federal. Seu principal objetivo é a viabilização de sistemas de gestão de funções públicas de interesse comum dos municípios que a compõem, que podem ser enfrentadas a partir de uma perspectiva regional.

Essa região reuniu inicialmente 14 municípios, número que foi alterado a partir da década de 90 pela emancipação de 7 municípios (Belford Roxo, Guapimirim, Japeri, Mesquita, Queimados, Seropédica e Tanguá) e saída de 4 municípios (Petrópolis,Itaguaí, Maricá e Mangaratiba).

Os municípios de Maricá, Itaguaí, Mangaratiba e Petrópolis se retiraram da região por iniciativa própria para compor respectivamente a Região das Baixadas Litorâneas, a Costa Verde, a Costa Verde e a Região Serrana, mas os três primeiros ainda mantêm uma forte relação com a dinâmica da RMRJ.

A RMRJ abriga atualmente 17 municípios, segundo a Lei Complementar n° 105 de 2002: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Mesquita e Tanguá, num intenso processo de conurbação, fluxos de deslocamentos pendulares (mobilidade de pessoas casa-trabalho e trabalho-casa), trocas e integração entre os municípios, onde parte da população busca infra - estrutura e muitos serviços na capital.

Essa região experimenta processos de modernização tecnológica, pobreza e exclusão social, onde crescimento econômico e social não caminham juntos, produzindo e reafirmando desigualdades espaciais em diferentes escalas, o que contribui para a expansão de atividades informais, a desvalorização de antigas atividades, tais como a pesca artesanal e a expansão de áreas onde predominam habitações precárias, as conhecidas favelas.

De acordo com VALLADARES (1985) a favela é atualmente o símbolo da segregação espacial existente na metrópole do RJ.

I.II) O processo de formação de favelas no Rio de Janeiro

No Brasil, excluindo-se as cidades planejadas, tal como Brasília, o ordenamento territorial foi sendo ajustados aos modelos de ocupação no processo de urbanização – e não o contrário. Projetos como o Favela - bairro, o PAC (Programa de aceleração do Crescimento) e mais recentemente as UPPs (Unidade de polícia pacificadora) vem sendo implantados para tentar levar cidadania aos moradores dessas áreas.

As primeiras favelas do Rio de Janeiro datam da virada do século XIX para o XX. Nesse caso, o marco seria o Morro da Providência, onde surgiu o “morro da Favella”. Alguns autores reconhecem o ano de 1897 como um marco dessa forma específica de ocupação dos morros cariocas, chamando a atenção a densidade populacional e às casas construídas por seus próprios donos.

Em meados da década de 1920, mais de 100 mil pessoas já habitavam as favelas do Rio de Janeiro. O termo favela generalizara-se, passando a designar

todas as aglomerações de habitações toscas que surgiam na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros sem a aprovação do poder público. (Souza e Barbosa apud Abreu, 1994).

A favelização é um fenômeno urbano que tem início no final do século XIX nos morros cariocas, mas não se restringe aos morros, assim como também não se restringe à RMRJ, sendo anterior a esta, porém mais recentemente tem ocorrido nas áreas de costa da RMRJ, associando precárias condições de moradia e proximidade com o local de trabalho. A favela, uma invenção do século XIX desce o morro a partir do século XX, dando início ao que podemos chamar de Favelização das Áreas Costeiras, onde a pesca artesanal é facilitada dentre outros fatores pela proximidade com o local de trabalho: a Baía de Guanabara e os rios que nela deságuam.

I. III) A Pesca Artesanal: uma atividade tradicional

A pesca artesanal encontra-se dentre as primeiras atividades extrativistas realizadas pelo homem e pesar de ser uma atividade considerada como rural, no caso da RMRJ, está inserida num meio urbano, o que intensifica as trocas com o meio metropolitano.

As comunidades lutam para preservar seu caráter artesanal, mas a própria tendência da atividade ser passada de pai para filho vem mudando nos últimos tempos devido ao intenso contato com outras atividades da região metropolitana, à desvalorização da pesca, à entrada de pescadores artesanais em outros setores da economia, atraídos pelo salário fixo e à entrada de pessoas de outras atividades (portanto outra cultura), expulsas das mesmas pelo desemprego, na pesca artesanal.

Esse tipo de pesca é realizada em embarcações pequenas e médias (botes e canoas), sem instrumentos de apoio à navegação, contando para a operação tão somente a experiência e o saber adquirido, a capacidade de observação dos astros, da lua, dos ventos, das marés, do cruzamento de morros para sua localização e marcação de pontos de pesca, logo conhecimento e ação são inseparáveis.

O número de pescadores e comunidades vivendo nos municípios em torno da baía é bastante considerável. De acordo com a FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro) cerca de 60 mil pescadores dependem da baía de Guanabara.

O pescador possui um modo de vida bastante tradicional e as comunidades pesqueiras uma dinâmica própria associada a esse modo de vida, onde a sobrevivência depende da natureza, mas essa relação constrói espaços diferentes do entorno e está ameaçada pela dinâmica metropolitana de modernização imposta atualmente, onde esse “homem lento” citado por SANTOS (1994) não dispõe dos acessos e meios de usufruto da aceleração contemporânea em seu favor e faz de sua experiência vivida e sua corporeidade os seus meios de socialização na cidade.

As comunidades tradicionalmente pesqueiras possuem suas identidades próprias, identidades essas que estão cada vez mais ameaçadas tanto, em alguns casos, pelo estigma de faveladas quanto pela modernização, que as fazem destoar do entorno. Em função dessa modernização, que causa muitos danos ao meio ambiente e diminui a área pesqueira, aumentam os investimentos individuais na atividade na mesma proporção que diminuem os investimentos na moradia para participar de uma “competição” desleal com a modernização.

Foto 1 – A degradação da Baía de Guanabara- Praia de Peixe- Gradim – SG; Jamylle de Almeida Ferreira, 14/03/2011

I. IV) A Indústria Petroquímica e a modernização da baía de Guanabara

A reestruturação produtiva da indústria petroquímica na baía de Guanabara, cujos maiores representantes são o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e o GNL (Terminal de Gás Liquefeito), é um investimento que apoia toda a modernização na superposição das técnicas, ou seja, aproveita a infra-estrutura já existente para minimizar os custos da instalação de uma nova forma sobre uma base antiga (estrutura portuária da cidade, estradas), mas não oferece a mesma oportunidade à pesca artesanal.

O COMPERJ, o maior investimento individual da história da Petrobrás, já causa impacto às comunidades de pescadores, pois muitos já foram retirados das

suas áreas de construção, em Itaboraí. Outro impacto é a instalação do GNL nas Ilhas Comprida e Redonda. Aumentam as áreas de exclusão, aquelas onde, por medida de segurança, não é permitida a pesca. Também se ampliou o tráfego de grandes navios que tanto tornam mais perigosa a atividade quanto também restringem os espaços onde a mesma pode ser realizada.

Para o pescador a baía de Guanabara é faz parte do seu território, pois gera recursos para sua reprodução, sendo também seu próprio espaço de reprodução da vida, além de ser esse espaço geográfico compreendido como instância concreta e verdadeira da vida material, abordada por SANTOS (1994). Apesar disso, em nome da modernização, esses trabalhadores vêm perdendo espaço, mas ainda tentam sobreviver diante da imposição de empreendimentos industriais modernos, ficando cada vez mais difícil legitimar seu espaço.

Já há algum tempo muitos pescadores da RMRJ lidam com conflitos territoriais, no que diz respeito ao processo de ocupação irregular, do qual muitas comunidades emergiram. A diferença agora é que o avanço dos empreendimentos petrolíferos visa o crescimento econômico do país, mas esse crescimento não é para todos e aqueles que dependem da baía de Guanabara para viver não foram verdadeiramente incluídos nele, pois projetos de curto prazo não resolvem o problema, que é estrutural e avança sobre diversas áreas da vida dessas pessoas, sob a forma de exclusão e marginalidade, aumentando inclusive os índices de criminalidade das comunidades.

I. V) Uma modernização que exclui e contribui para o aumento dos índices de criminalidade

Com cada vez menos espaço para exercer sua atividade, as dificuldades vão ficando mais frequentes e ameaçam a sobrevivência dos pescadores. Posta a necessidade de sobreviver, eles acabam “subvivendo”, ou seja, vivendo em condições que estão abaixo do que seria considerado como dignas, o que se reflete na sua reprodução. Trabalho e habitação estão intimamente ligados neste sentido, visto que é pela via do trabalho que são concebidos os meios para investir na habitação.

Mas a aparência por si só não é o problema, porque a comunidade continua exercendo sua função: abastecer o mercado de alimentos, apesar das dificuldades.

O mais interessante é que essa precariedade acaba fragilizando as comunidades, que se vêem cada vez mais invisíveis, não só aos olhos dos bairros do entorno como também aos olhos do poder público.

Esse cenário de comunidades fragilizadas, produzindo uma nova geração que não admira a velha atividade, mas também, muitas vezes, não possui as condições de educação para ingressar nas atividades mais modernas, muitos acabam no mundo do crime. Aumenta a violência e o poder paralelo se beneficia amplamente, dificultando ainda mais a comercialização do pescado. Na colônia de pescadores Z-11, próxima ao Complexo da Maré, composto por 17 comunidades, a incidência de criminalidade afastou compradores de pescado.

As comunidades viram alvo fácil de facções criminosas e com o tempo essa vida parece interessante aos olhos de muitos jovens, que não vislumbram outras oportunidades, então trabalhadores são obrigados a conviver com criminosos de dentro e de fora das comunidades.

O desenvolvimento "financia" a marginalização, e o Estado (que representa o povo) ao invés de propor soluções, permite, facilita e até incentiva esse desenvolvimento desigual. Não seria justamente o oposto o papel do Estado, já que a ele confiamos ativos públicos produtivos, entre os quais estão os recursos naturais? Será que vai precisar acontecer uma rebelião dos pescadores para assegurar a proteção de seus direitos, visto que o mar já deixa de ser território coletivo e passa a ser ÁREA DE EXCLUSÃO? É justo ignorar o direito dos pequenos e milhares de trabalhadores que ganham a vida honestamente aventurando-se ao mar? Cabe ao estado propor soluções para que as desigualdades espaciais sejam amenizadas, minimizando o sofrimento dessa parcela da população.

A melhor forma de desestruturar o crime é abrindo novas oportunidades e isso só se faz por meio do diálogo com a comunidade para estruturar políticas públicas que invistam na atividade.

II) Diferentes contextos espaciais na baía de Guanabara

É importante compreender que na maioria das vezes, em relação à ocupação das comunidades pesqueiras próximo aos pontos de embarque e desembarque, inclusive em áreas próximas aos rios, ocorreu historicamente, primeiro o processo de urbanização, o que levou ao crescimento de aglomeração de residências

populares em áreas pouco atrativas ao investimento residencial para classes médias e altas.

A favelização é bastante comum, de forma geral, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pois todos, inclusive o pescador, querem morar próximo ao seu local de trabalho, mas nas áreas costeiras de São Gonçalo, Ramos e Ilha do Governador esse fenômeno chama a atenção e observa-se um número bastante considerável dessas formas de reprodução do espaço.

A falta de políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro e sua área de atuação, incluindo um plano de gerenciamento costeiro, com a função de controle e planejamento dos usos, das ocupações e do desenvolvimento na Baía de Guanabara, facilita a ocorrência da expansão urbana ao seu redor, de forma desordenada.

São visíveis ocupações irregulares e pouco estruturadas em muitos pontos de desembarque e comercialização de pescado na costa da Baía de Guanabara, produzindo, em alguns casos, comunidades que crescem desordenadamente no chamado processo de favelização das áreas de costa.

II. I) A Comunidade Pesqueira do Gradim

A Comunidade Pesqueira do Gradim está localizada na chamada Vila do Cassenú, popularmente conhecida como Favela do Gato, situa-se no bairro Gradim e está inserida no distrito Vila de Neves, o 4º distrito do município de São Gonçalo. É delimitada fisicamente pela BR 101 e Baía de Guanabara.

De acordo com BRAGA (2006), São Gonçalo chegou a ser o 2º município a contribuir com remessas de peixes para o Entreposto de pesca da cidade do Rio de Janeiro tendo a frente apenas Cabo Frio. As indústrias de enlatados de Peixe em Conservas contribuíram bastante para a economia da cidade de São Gonçalo e a grande maioria delas instalaram-se no Gradim e Neves.

Em 1934, é inaugurada no Gradim- SG, a fábrica de sardinhas Conservas Rubi SA, o que incentivou a atividade pesqueira na área.

A ocupação do espaço do entorno da fábrica, iniciou-se aproximadamente dois anos depois da inauguração, por volta de 1936 e foi uma estratégia de sobrevivência que dava conta, ainda que de forma provisória, do problema de habitação e trabalho.

O primeiro morador da área foi o senhor Valdemar Francisco de Almeida (1900 - 1989). A comercialização do pescado era feita diretamente com a fábrica. Acredita-se que a origem do nome Favela do Gato tenha relação com típicos “Gatos de Luz”.

A ocupação e produção do espaço que constitui a Comunidade Pesqueira do Gradim nascem da lógica e da necessidade de mão de obra desqualificada e barata atraída pela fábrica e da facilidade de morar perto do trabalho: às margens da Baía de Guanabara, vizinho da Fábrica de Sardinhas Conservas Rubi e também próximo ao ponto de comercialização, o Porto da Ponte, onde existia um mercado de peixe denominado Mercado Público Cônego Goulart que foi transferido para o Centro da cidade, onde funcionou sob denominação de Mercado Municipal e foi demolido em junho de 2010, associado à um projeto de revitalização do centro com a construção do shopping Boulevard, de onde constatamos novamente que a modernização da área metropolitana se sobrepõe às atividades tradicionais. A comercialização local também já não é mais realizada no Porto da Ponte e sim na chamada Praia de Peixe, na própria comunidade.

A Comunidade Pesqueira do Gradim é uma comunidade tradicional e destaca-se na pesca artesanal e ser reconhecida como uma das mais comerciais do Estado do Rio de Janeiro atualmente[1], tais aspectos positivos de sua história local não são levados em consideração, mas o processo de ocupação irregular que fez da área a estigmatizada "Favela do Gato", mesmo sendo, em termos de comercialização, a comunidade pesqueira mais importante no estado do RJ, o terceiro estado em relação à produção (atrás apenas de Santa Catarina e Paraná) e é o primeiro em comercialização e distribuição no Brasil. Sendo assim, pode-se dizer que a comunidade pesqueira do Gradim é uma das mais comerciais do Brasil, sendo o Gradim o ponto de desembarque de boa parte dos barcos que trabalham na Baia de Guanabara e recebendo em torno de seis toneladas de pescados todas as manhãs,2 o que torna o processo de reprodução do espaço bem mais específico. Como muitas outras comunidades tradicionais no Brasil, ela resiste, numa luta diária pela sobrevivência.

---

[1] A importância atual da atividade pesqueira do Gradim para o estado do Rio de Janeiro foi relatada na Revista O Globo, que abordou essa comunidade como a mais comercial do Estado do Rio de Janeiro (ANO 4- Nº 185) no dia 10/02/2008.

[2] Algo em torno de 2 mil toneladas por ano de pescado, das 70 mil que o Estado produz.

O atual receio da comunidade envolvendo espaço é que a modernização seja capaz de remover habitações para a implantação de outros empreendimentos estruturais para dar suporte ao COMPERJ (tais como a estação Hidroviária e o Porto em São Gonçalo).

A fragilidade da comunidade, a falta de cidadania, no que diz respeito aos direitos sociais fundamentais previstos pela Constituição de 1988, como trabalho e habitação, fez com que recentemente alguns jovens se associassem ao poder paralelo por não acreditar no futuro na pesca.

II. II) O Complexo da Maré

O Complexo da Maré, bairro localizado na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, nasceu oficialmente em 1994, quando do seu desmembramento de Bonsucesso. Dele participam 17 comunidades (ou sub bairros) limitadas ao norte pela Baía de Guanabara - o que historicamente fez com que a pesca fosse uma atividade bastante procurada - e ao leste pela Avenida Brasil, via de grande movimento e um dos principais logradouros da cidade do Rio de Janeiro.

As 17 comunidades (ou sub bairros): Parque União, Vila Pinheiros, Parque Maré, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Vila do João, Rubens Vaz, Marcílio Dias,Timbau, Conjunto Esperança, Salsa e Merengue, Praia de Ramos, Conjunto Pinheiros, Nova Maré, Roquete Pinto, Bento Ribeiro Dantas e Mandacaru, tendo sido originada no Timbau a comunidade mais antiga do complexo, que data do período colonial.

A ocupação da área, considerada um dos maiores complexos de favelas da cidade do Rio de Janeiro em extensão territorial, ocorreu desde o meado do século XX por barracos e por palafitas, foi sendo aterrada tanto pela população quanto pelo poder público, destruindo grande parte dos manguezais existentes. Sete ilhas que compunham a paisagem desapareceram em meio aos aterros: Baiacu, Bom Jesus, das Cabras, Catalão, Pindaís, Pinheiro e Sapucaia. Apenas resistiram a Ilha do Governador e a do Fundão, onde se localizam o Aeroporto Internacional do Rio e a Cidade Universitária respectivamente. Depois do processo de aterramento das ilhas para a construção da Cidade Universitária, muitos pescadores migraram para outros locais.

Mas a memória dos tempos em que a pesca de tainha e camarão ainda eram abundantes na região está registrada em muitos costumes, tais como a procissão de São Pedro, protetor dos mares e na existência da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, próximo ao Museu da Maré e no próprio Museu da Maré.

A própria criação do Museu é parte de um projeto de preservação da cultura da região, onde a reprodução de uma palafita em tamanho real feita pelos próprios moradores retrata o contato com a baía de Guanabara.

Até a década de 80 a abundancia de peixes fazia com que a pesca fosse a atividade mais importante da área, mas a história do presente apresenta a desvalorização da pesca artesanal, que apesar de sua importância para o abastecimento do mercado de alimentos vem perdendo espaço para outras atividades urbanas no Rio de Janeiro, principalmente pela proximidade com o centro urbano e pela facilidade de locomoção e contato com outras atividades, proporcionada pela modernização e pela avenida Brasil.

O que essa comunidade tinha de potencial, seu contato com a baía de Guanabara, vem sendo pouco a pouco destruído, seja pela poluição da baía de Guanabara, pelos aterros, ou pela criminalidade, fruto de um conjunto de elementos, dentre eles o desmonte dos direitos sociais, e fez do complexo da Maré uma das localidades de maior índice de violência do município do Rio de Janeiro, afastando compradores de pescado do local. Um dos pontos de comercialização de pescado, a colônia Z-11 já não funciona e muito pescadores vendem seu peixe no Piscinão de Ramos e no carrinho, de porta em porta pela comunidade.

II.III) Ilha do Governador

A Ilha do Governador é a maior ilha da baía de Guanabara. Ela faz parte da zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e desde 1981 é composta por 14 bairros- Bancários, Cacuia, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá, e Zumbi.

Embora desde 1881 o bairro da Ilha do Governador tenha sido extinto oficialmente, tendo ocorrido a sua divisão nos 14 bairros que conhecemos, por uma questão de identidade, muitos ainda se referem a ela como um único bairro.

Pela sua condição natural de ilha, a pesca é uma atividade bastante recorrente, chama a atenção, o grande número de pequenos barcos associados à

colônia Z-10 o que caracteriza uma pesca bastante artesanal, tanto em relação ao Complexo da Maré - RJ quanto em relação à Comunidade de Pescadores do Gradim - SG.

Apesar de existirem muitos pontos de desembarque e comercialização de pescado, em muitos desses pontos encontramos áreas decadentes, sem infra-estrutura tanto no que diz respeito à atividade pesqueira quanto à condição das habitações, tal como ocorre no Jequiá e em Tubiacanga, dois pontos de desembarque e comercialização que têm em comum os problemas relacionados aos processos de ocupação irregular e o fato de serem tradicionalmente pesqueiras.

A comunidade de pescadores do Jequiá conta com uma especulação imobiliária muito grande em seu entorno e vem perdendo espaço para as moradias de classe média, uma vez que fica numa área bastante nobre, de grande especulação imobiliária, o Jardim Guanabara. Nela se localiza a colônia de pescadores Z-10, entidade representativa dos pescadores, que convive com conflitos em relação à valorização da área, a ocupação histórica irregular e ainda o fato de estar situada em área da Marinha. Por outro lado, Tubiacanga conta com uma precariedade bastante notável, no que diz respeito às formas das habitações e também é legalmente representada pela colônia de pescadores Z-10. No geral esses pescadores convivem com conflitos territoriais, numa relação que envolve concessões, alianças e uma disputa de poder.

Pontos de desembarque e comercialização de pescado na Baía de Guanabara:	
Local	**Coordenada Geográfica**
12- Jequiá	*(22°50,3 S 043°10,39 W)*
13- Ribeira	(22°49,53 S 043°10,11 W)
Engenhoca	(22°49,29 S 043°10,18 W)
15- Zumbi	(22°49,17 S 043°10,49 W)
16- Ponta do Tiro	(22°49,20 S 043°10,58 W)
17- Barão (Cocotá)	(22°48,05 S 043°11,15 W)
18- Freguesia	(22°47,50 S 043°10,25 W)
19- Bancários	(22°47,09 S 043°11,14 W)
20- Tubiacanga	*(22°47,24 S 043°14,7 W)*
21- Galeão	(22°49,23 S 043°14,7 W)
22- Praia da Bica (Jardim Guanabara)	(22°49,17 S 043°12,08 W)
23- Praia da Rosa (Ilha do Governador)	Sem coordenada

Fonte: Relatório de Impacto ambiental (RIMA)- Petrobrás; 07/02/2008.

Figura 01- Baia de Guanabara e seus pontos de desembarque. Fonte: Google Earth; Adaptado por Jamylle Ferreira; 09/07/2008.

Conclusão

Estas são as primeiras linhas inspiradas num projeto de mestrado em História Social do Território, em andamento. Espera-se que discussões, contribuições e descobertas ainda redirecionem as conclusões.

Na sociedade em que vivemos, a modernização é historicamente implantada de forma arrasadora, característica da América Latina, e acaba negando o processo histórico local e a memória sócio-espacial junto às comunidades tradicionais, onde em nome do progresso elas têm seu significado esquecido, passando como atrasadas diante da modernização.

A influência da expansão urbana na Baía de Guanabara, com investimentos maciços no setor petroquímico, por exemplo, não foi acompanhado de investimentos em comunidades tradicionais, o que produz um abismo entre essas formas tradicionais de sobrevencia. Visto que a pesca é proibida em áreas de empreendimentos empresariais e da Marinha do Brasil, o que afeta diretamente as comunidades. Cada vez mais os pescadores são esmagados pela modernização implementada pela industrialização e pela urbanização, (engendradas pelo capital industrial, pelo imobiliário e pelo planejamento urbano estatal). Esta modernização tem deixado de fora a economia da pesca artesanal, tornando-a cada vez mais precária, produzindo espaços compatíveis com a falta de estrutura que possuem para só assim sobreviver (“ou subviver”).

7) Bibliografia

COSTA, Valéria Grace. : Metodologia para identificação de áreas de maiores carências sócio-espaciais das cidades brasileiras - O caso de Goiânia. In: Subsídios para identificação de áreas com características de exclusão sócio-econômica; www.igeo.uerj.br/VCBG-2004/EIXO2/E2_019.htm; 07/02/2008

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo, Boitempo, 2006.

SILVA, Cátia da, FREIRE, Désirée Guichard & OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (orgs): Metrópole, Governo, Sociedade e Território. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. Favelado ou Pescador? Estudo sobre a estigmatizada e segregada Comunidade Pesqueira do Gradim – S.G.- São Gonçalo/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores/ Departamento de Geografia, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: . Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUCRIO, 2006, p. 21-39.

LEFEBVRE,H. A vida cotidiana no mundo moderno. Madri:Alianza,1984.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 3ª Edição. São Paulo, Nobel , 1992.

SANTOS, M. Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: ed. HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999, p. 15-26

SOUZA, Jailson e BARBOSA, Jorge Luiz. Favela: Alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro, SENAC-Rio Brasil, 2005.

PETROBRAS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); www.petrobras.com.br; 07/02/2008

PETROBRAS; MINERA. Relatório Instalação do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida, Adaptações do Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Dutos de GLP na Baía de Guanabara. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2007. http://www.PETROBRAS.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/preservando meioambiente/ licenciamento ambiental/downloads/pdf/RIMA_GLP-FINAL.pdf.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro, FGV, 2005.